

SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO PARA CONTROLE DE CLASSE: O CASO DA ITAIPU BINACIONAL (1974-1983)¹

*Communication systems for class control: the case of
ITAIPU binacional (1974-1983)*

Jussaramar da Silva²

RESUMO

O artigo discute as questões referentes aos sistemas internos de comunicação de Itaipu para controle da classe trabalhadora, bem como a participação das suas Assessorias de Segurança nos sistemas de informações no Brasil e seus indícios no Cone Sul. Fontes pesquisadas recentemente indicam aquisição de sistemas de rádio para comunicação criptografada, revelando novas formas de se pensar a questão da repressão e envolvimento de empresas durante a ditadura militar-empresarial. Os organogramas e os dados de compra de equipamentos são o mote da discussão apresentada, tendo como pano de fundo a compreensão de que se tratou de uma forma orquestrada de organização da repressão no Brasil e nos países da região.

Palavras-chave: Itaipu Binacional. Sistema de rádio. Controle de classe.

ABSTRACT

The article discusses issues relating to Itaipu's internal communication systems for controlling the working class, as well as the participation of its Security Advisors in information systems in Brazil and its evidence in the Southern Cone. Sources recently researched indicate the acquisition of radio systems for encrypted communication, revealing new ways of thinking about the issue of repression and involvement of companies during the military-business dictatorship. The organizational charts and equipment purchase data are the subject of the discussion presented, with as a backdrop the understanding that it

-
- 1 * Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Programa PDR - Jovem Pesquisador Fluminense Sem Vínculo – 2022 com bolsa de Pós-doutorado.
 - 2 Pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina e Caribe da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

was an orchestrated way of organizing repression in Brazil and in the countries of the region.

Keywords: Itaipu Binacional. Radio system. Class control.

Introdução

Entender as formas de comunicação no universo repressivo é uma questão constante entre os pesquisadores, especialmente entre aqueles que buscam dados sobre como os aparelhos utilizados se articularam. Trata-se de entender como, em meio a toda a repressão, perseguição, organização dos sistemas, havia uma comunicação centralizada, organizada e orquestrada. Não raro, os pesquisadores do tema encontram, em meio à documentação do sistema repressivo no Brasil, dados exatamente iguais nos documentos, ou muito similares. Isso significou uma forma orquestrada de atuação, que teve como mote de divulgação o espalhamento do medo, da ameaça comunista ou da necessidade de combate ao inimigo interno.

Ao consultar informações sobre a atuação de Itaipu durante a ditadura, foi possível verificar que o grande volume documental se referiu aos trabalhadores. Documentos internos, ainda de 1974, ano em que se iniciaram as obras de alvenaria para formação do lago e implementação da empresa, dão conta da organização das Assessorias de Segurança, como vemos no *“Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu”*. O regimento integra um dossiê que recebe a identificação BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149 - Itaipu binacional (diversos). – Dossiê, e encontra-se alocado no fundo do Conselho de Segurança Nacional - BR DFANBSB N8 e é acessível pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Os elementos sobre a organização da segurança e das informações constam no Art. 59 do referido regimento e revela:

Art. 59 - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, de forma coordenada, terão a seu cargo, em seus respectivos países, as atividades de segurança e informações de interesse da Entidade, podendo, para

tanto, dispor do assessoramento que se fizer necessário, de acordo com a política, sistema e planejamento de cada país.

Parágrafo único: As atividades de segurança e informações terão regulamentação e planejamento específicos, de forma a obter-se a necessária coordenação e controle (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 42).

Em outro documento constante do dossiê, todo o sistema de controle foi coordenado pela direção geral de Itaipu e passou pelas Assessorias, tanto pelo lado brasileiro, quanto pelo lado paraguaio. De acordo com a organização da empresa, o Diretor-Geral era sempre um brasileiro e o Diretor-Geral Adjunto, sempre um paraguaio (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975).

- Com referência ao Artigo 12, Parágrafos 1º, 2º e 3º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai [...]
- a] os Diretores Geral, Técnico e Financeiro da Diretoria Executiva da ITAIPU serão nomeados pelo Governo do Brasil; os Diretores Jurídico, Administrativo e de Coordenação serão nomeados pelo Governo do Paraguai;
 - b] os Diretores Adjuntos, previstos no Parágrafo 1º do citado Artigo 12, serão nomeados de tal maneira que a cada Diretor corresponda um Diretor Adjunto, de nacionalidade diferente da do titular; [...]
- (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 12).

As Assessorias tinham atribuições previamente definidas, com um organograma e a definição das funções dos agentes. Por ora, cabe compreender que sua principal função ao longo do tempo foi, especialmente, o controle dos trabalhadores. Assim, na Informação nº 33/399/75, de 13 de outubro de 1975, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME), com difusão para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), encontramos uma reportagem e um documento intitulado “*Itaipu, como vivem os operários da represa*”. O documento se originou de uma reportagem do jornalista Caco Barcelos, com fotografias de Luís Abreu, para o Jornal Folha da Manhã, em

5 de junho de 1975 e recebeu o mesmo título. No documento, encontramos a informação de que

Com objetivo, porém, de obviar esse inconveniente a Segurança da ITAIPU estabeleceu um cadastramento de pessoal com base em uma ficha biográfica individual com fotografia 3x 4 cm de todos os operários. Através desse fichário é possível exercer controle sobre a rotatividade dos mesmos nas diversas empreiteiras e, dessa forma, eliminar o reemprego daqueles que são dispensados por outras empreiteiras por razões de má conduta ou indisciplina. O processo consiste, pois, em informar sobre a contraindicação do operário que tenha incidido em qualquer dos aspectos que não recomendem seu aproveitamento (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 1975, p. 200, grifo do autor).

Notamos, portanto, o papel exercido de controle de classe. A organização, já em 1975, demonstra a sofisticação da atuação das Assessorias de Segurança.

No entanto, nossa pergunta essencial consiste em saber: como se comunicavam os órgãos de informações? Os documentos que aqui são analisados dão pistas de como se construiu um processo bastante significativo para manter todos os olhares voltados para a atuação de trabalhadores nas plantas das empresas que atuavam.

A organização documental centralizada de Itaipu, ao que parece, teve início a partir do assassinato de um operário no canteiro de obras, quando estava na fila do refeitório solicitando o jantar. Tal centralização era desempenhada por dois organismos: a própria Itaipu, ou o Consórcio União de Construtoras (Unicon), no momento de cadastramento do trabalhador ou trabalhadora. Em seguida, Consórcio Unicon eram centralizadas pelas Assessorias de Segurança, que remetiam as fichas individuais dos candidatos aos órgãos de informações correspondentes nos estados de origem daqueles que seriam contratados.

As fichas eram remetidas juntamente com o expediente dos *Pedidos de Busca*, que visavam receber os antecedentes político-ideológico ou criminais do trabalhador ou da trabalhadora. A extensão é tamanha que, ao longo de nossas pesquisas, não conseguimos determinar a quantidade de

órgãos de informações ou policiais que estiveram envolvidos nessa trama. Cabe lembrar que todos os trabalhadores e trabalhadoras tiveram as suas fichas organizadas e os pedidos de busca remetidos. E, ressalta-se que foram mais de 100 mil operários e operárias que atuaram no canteiro de obras, o que cria a dimensão do que aconteceu no interior das empresas.

A extensa documentação sobre Itaipu no Arquivo Nacional, contudo, é parcial. A Binacional não realizou a remessa de documentos e aqueles que estão disponibilizados dizem respeito a documentos enviados por outros órgãos. É como se estivéssemos montando um quebra-cabeças, com peças ainda desaparecidas. Mas, ainda assim, é possível perceber os meandros das informações presentes na documentação, afora eventuais documentos conseguidos em arquivos diversos ou documentos privados de outros pesquisadores.

Um tipo de documentação não encontrada em relação à Itaipu, mas que outros documentos produzidos indicam terem existido são os relacionados à criptografia. Das funções e atribuições de pessoal interno, encontramos esta previsão no “*Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu*” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975).

VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS [Assessoria de Segurança], assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;

VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;

IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);

X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 157).

As funções de criptografia eram atribuições dos cargos de Auxiliar Técnico de Segurança e Informações e do Analista de Segurança e Informações. Portanto, ao menos dois profissionais estavam envolvidos diretamente em tais funções.

Há, certamente, perguntas não respondidas: para onde eram enviados tais documentos? Sobre o que versavam? Quais órgãos recebiam tais manuscritos? E, especialmente, em quantos tipos de operações encobertas Itaipu esteve envolvida que ainda não sabemos?

Essas perguntas fazem parte de um rol para o qual inúmeros trabalhos que versam sobre a Ditadura no Brasil e no Cone Sul buscam respostas. São documentos ainda desconhecidos, e que fazem com que não saibamos, ao certo, quais foram as formações empregadas para que essas atividades acontecessem. Ainda assim, cabe-nos o questionamento: até onde o trabalho de informações alcançou e o que conseguiu controlar?

O sistema de informações e a aquisição de equipamentos de comunicação

As assessorias e o sistema de informações

Itaipu é uma obra vultosa de engenharia, mas, sobretudo, traz um propósito geopolítico importante para reordenação da Bacia do Prata e a reordenação do capital no Brasil. Sua importância política e econômica se deve, principalmente, por sua localização e por disputas pelo controle econômico da região (SILVA, 2010). Este artigo e a pesquisa desenvolvida por esta autora para realização do mestrado, se encaminham no sentido de perceber que, pela localização geopolítica e pela importância da geração de energia, Itaipu e suas Assessorias se tornaram um local privilegiado de atuação de serviços secretos. O termo Assessorias se destaca no plural pela existência de mais de uma Assessoria em Itaipu, a brasileira e a paraguaia. Além do mais, serviu de espaço de atuação, ao menos, do Conselho de Segurança Nacional, que enviava frequentemente seu pessoal ao canteiro de obras e, ainda, por ter sido incorporado ao Serviço Nacional de Informações a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) brasileira da Binacional.

A autorização para funcionamento dos escritórios da empresa se deu a partir da “*Ata da Primeira Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Itaipu*”, realizada na cidade de Assunção – Paraguai, no dia 4 de junho de 1974. No texto lê-se:

[...] CONSIDERANDO, finalmente o resultado da discussão dos diversos aspectos relacionados com a aquisição das áreas e com a montagem dos escritórios, a DIRETORIA EXECUTIVA RESOLVE: 1. autorizar a Diretoria Administrativa a tomar as medidas necessárias para instalação e operação dos escritórios da Diretoria Executiva da ITAIPU nas seguintes localidades: No Brasil: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, e Foz do Iguaçu. No Paraguai: Assunção, Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Coronel Oviedo e Salto de Guairá (ITAIPU BINACIONAL, 1974a, p. 71, grifo do autor).

As Assessorias estavam presentes onde havia escritório de representação da Itaipu e funcionavam complementando o controle das diretorias da empresa com funções análogas às dos serviços de informações. Sua regulamentação as condicionava como subalternas aos órgãos de informações dos seus países, dos dois lados da fronteira, ou seja, no Brasil e no Paraguai.

Em se tratando de Brasil, os documentos pesquisados não deixam dúvidas quanto à relação das Assessorias com o SNI, com o CSN e com o Ministério das Minas e Energia (MME) através de sua Divisão de Segurança e Informações (DSI). Não podemos, no entanto, certificar o mesmo tipo de relação no tocante aos órgãos de controle da ASI ou AESI do Paraguai, um vez que a documentação encontrada e analisada no território brasileiro não nos comprova tal fato.

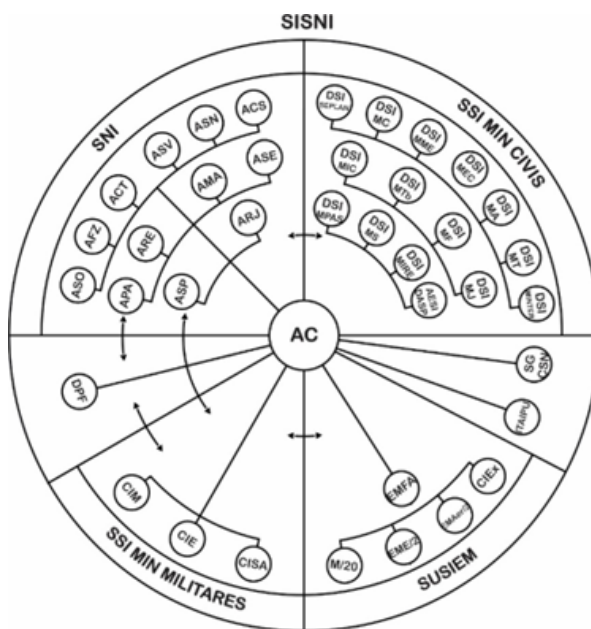
A estrutura montada para o funcionamento das Assessorias seguia o mesmo formato de organização e distribuição de funcionários adotado pelos escritórios, que favorecia ações de informação, contrainformação e segurança onde atuavam. O Art. 4º do Regulamento da Assessoria de Segurança é esclarecedor:

Art. 4º - A Assessoria terá a sua sede coincidente com a do Diretor-Geral podendo, entretanto, instalar progressivamente Coordenações de Segurança (CS) nos Escritórios e nos Canteiros de Obras, localizados respectivamente em BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, CURITIBA e FOZ DO IGUAÇU, dispondo de efetivo compatível com as necessidades de serviço nesses locais.

§ Único - As Coordenações de Segurança são subordinadas diretamente à AS pela qual serão orientadas e fiscalizadas. Na parte administrativa estarão vinculadas aos Escritórios onde estiverem sediadas (ITAIPU BINACIONAL, 1974b, p. 155, grifos do autor).

A estrutura organizacional do Sistema Nacional de Informações (Sisni) demonstrada na Figura 1 não deixa dúvidas a respeito da importância dessa atuação, bem como auxilia na compreensão dos motivos que levaram a uma estruturação de tal monta. Pode-se notar que a posição ocupada por Itaipu se encontra no mesmo nível que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Figura 1. Estrutura Organizacional do Sistema Nacional de Informações



Fonte: Brasil (2012, p. 285).

O documento organizado a partir de informações do extinto SNI nos dá a dimensão de como foi a estrutura de Itaipu. Notamos, por exemplo, que apenas a Itaipu, do lado brasileiro, tinha uma Assessoria lotada no Sisni, ultrapassando a competência que a Divisão de Segurança e Informações

do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME) possuía e tornando-se um ente independente da DSI e alcançando voos maiores.

Uma hipótese para explicar essa atuação diz respeito ao fato de que a Assessoria em questão integrou um sistema que perpassou o Cone Sul, denominado Condor (SILVA, 2010). Todavia, uma segunda hipótese, levantada em trabalhos posteriores, onde se compreende que Itaipu pode ter reforçado um sistema maior, com entroncamentos também na Europa, parece ter sido mais provável (SILVA, 2025).

A segunda hipótese não exclui a primeira e diz respeito ao monitoramento frequente de trabalhadores estrangeiros, que contou com o auxílio da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Cabe ressaltar que, durante a pesquisa, foram encontrados 17 documentos sobre trabalhadores estrangeiros em Itaipu no fundo documental da DSI do Ministério das Relações Exteriores, alocado no Arquivo Nacional. Tal atividade, como tantas outras de órgãos diversos de informações de Ministérios e DSIs alimenta a percepção de que eram realizadas condutas fora das fronteiras nacionais, que demandariam, dentre outras coisas, um sistema de comunicação, o que leva a crer que a conjunção de ações tenha ocorrido no plano interno das Assessorias.

Como já mencionado, as funções desempenhadas pelas assessorias dizem respeito a conteúdos relacionados à segurança, informações e contrainformações. Havia uma demasiada atenção da Itaipu, com o consentimento do SNI, para que elas estivessem submetidas e subordinadas às orientações do Plano Nacional de Informações (PNI). Dessa forma, ainda em sua origem, a ASI não se encontrava vinculada à DSI do Ministério das Minas e Energia.

É importante destacar algumas atribuições da ASI constante no “*Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil*” que destaca as competências do setor de informações:

VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS, assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;

VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;

IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);

X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (ITAIPU BINACIONAL, 1974b, p. 157).

Dessa forma, para que o sistema de informações fosse bem-sucedido era necessária a aquisição de um conjunto de equipamentos que pudessem viabilizá-lo. É sobre essa questão que nos deteremos a seguir.

Aquisição de equipamentos de comunicação

Quanto ao Sistema de Comunicação, o que se sabe a esse respeito é que sua utilização teve origem durante a Segunda Guerra Mundial para a comunicação entre os exércitos aliados.

As técnicas básicas que permitiram essas conquistas foram aplicações de teletipo de rádio, juntamente com desenvolvimentos de rádio de operadora, multicanal e banda lateral única. A técnica SSB foi em si uma grande inovação que forneceu vários circuitos de ondas curtas usando apenas um salão, ou uma banda lateral (suprimindo a outra banda lateral) da distribuição usual de frequências de transmissor que se estendem por vários milhares de ciclos de cada lado da frequência central. A técnica, valiosa para conservar frequências na porção severamente congestionada de ondas curtas do espectro, foi parcialmente desenvolvida pela AT&T. No início de 1942, W. G. Thompson da AT&T discutiu com Stoner a possibilidade de um maior desenvolvimento e refinamento da técnica para uso militar. O SSB foi necessário imediatamente (junto com equipamentos de teletipo e criptografia automática) para acelerar e proteger o crescente tráfego do Exército. O SSB provou ser bom e rápido, e o primeiro sistema, alugado de empresas comerciais, foi aberto com sucesso entre Washington e Londres em 20 de julho de 1942. Outros grandes sistemas SSB multicanal se seguiram, para Argel, Brisbane e outros lugares, até que a técnica se tornou padrão em todos os principais circuitos de rádio entre o Departamento de Guerra e as estações estrangeiras da ACAN (THOMPSON; HARRIS, 1966, p. 583, tradução livre).

A comunicação, que é algo fundamental entre os exércitos em guerra, passou, portanto, a ocupar um novo patamar. O sistema de comunicações que a *American Telephone and Telegraph* (AT&T) desenvolveu durante as atuações de exércitos em cenários de guerra, posteriormente, passou a servir como material fundamental para o combate ao *inimigo interno*, seguindo a lógica impressa pela Doutrina de Segurança Nacional e, também, pela Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no Brasil e no Cone Sul, que serão discutidas mais adiante.

Os equipamentos adquiridos para dar suporte ao sistema de comunicação, em Itaipu, são descritos em documentação datada de 1976. Tal documentação pode ser encontrada nos arquivos do Sistema Informações do Arquivo Nacional sob o título de “*Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76*”. O documento pertencente ao fundo do Conselho de Segurança Nacional do Arquivo Nacional e demonstra os procedimentos e a situação de compra de equipamentos na referida data.

Assim, temos que, de acordo com a documentação mencionada,

Os trabalhos no campo das telecomunicações prosseguem em ritmo acelerado e, na região de ITAIPU, já estão operando os seguintes sistemas:

- rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem esquerda,
- rede rádio em VHF para o Canteiro de Obras,
- central PABX – 18 troncos/200 ramais – para o Canteiro de Obras,
- rádio enlace em VHF com 24 canais interligando Foz do Iguaçu ao Canteiro de Obras.

Estão em fase de instalação os seguintes sistemas:

- Central PABX provisória de 100 ramais para o Canteiro de Obras na margem direita,
- Canal telegráfico Rio de Janeiro–Canteiro de Obras.

Paralelamente estão sendo recebidos equipamentos para os seguintes sistemas:

- rádio enlace em VHF com 12 canais interligando Presidente Stroessner ao Canteiro de Obras,
- central PABX para o escritório de Presidente Stroessner,
- rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem direita,

– ampliação da central PABX do Canteiro de Obras para 400 ramais (ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO..., 1976, p. 29).

Embora a informação se apresente como sendo muito técnica e bastante longa, é importante perceber que, de fato, foi implantado e utilizado largamente um sistema de comunicações via rádio. Os sistemas de rádio podem, sim, ter justificativas diversas, no entanto é, também, necessário perceber, mais detalhadamente, a necessidade da implantação desses sistemas de comunicação. Certamente, os rádios podem ter sido utilizados, também, como forma de comunicação entre as viaturas que existiam na empresa. Uma outra aplicação pode ter sido para facilitar a comunicação da atuação policial, haja vista a fixação de um Posto Policial dentro da Vila C, a vila residencial dos trabalhadores de Itaipu, comprovada através da Figura 2.

Figura 2. Fotografia do Posto Policial dentro da Vila C, residencial dos trabalhadores de Itaipu



Fonte: Gromow (2021).

A aquisição de equipamentos para ambas as margens de Itaipu é outro aspecto considerado fundamental do documento “*Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76*”. De acordo com as explicações do relatório informadas ao sistema repressivo brasileiro, as operações de parte do sistema de comunicações, na margem esquerda, do lado

brasileiro, já se encontravam instalados e operando. Na mesma margem, esquerda, outros equipamentos estavam, ainda, em fase de aquisição.

Ainda no conteúdo do Relatório de Atividades, o que mais chamou atenção, contudo, são as evidências importantes sobre a forma de comunicação dos serviços secretos de Itaipu.

A ITAIPU está adquirindo o equipamento necessário para uma rede fac-símile, uma central PABX para o escritório de Foz do Iguaçu e um sistema em VHF de 30 ramais, interligando Presidente Stroessner e Assunção. Planeja também a ITAIPU a instalação de uma rede de rádio SSB entre Rio-Assunção-Obra, uma rede de comunicação de apoio do Setor de Suprimento e uma rede de teleprocessamento de dados (ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO ..., 1976, p. 29).

Tal informação vai ao encontro de outros dados já encontrados sobre o sistema SSB no sistema de comunicações entre os Exércitos da Argentina e Paraguai. Em um encontro bilateral dos exércitos, o exército argentino explicou detalhadamente o processo de troca de informações por tal sistema, conforme pode ser comprovado pelo documento nº 0246F 0425 pertencente ao acervo do Arquivo do Horror e citado em recente trabalho (Silva (2025)):

Modo de trocar informação e forma de operar:

- Contato pessoal, prévia comunicação telefônica, utilizando frases combinadas.

- Telefones da ARGENTINA que podem ser utilizados para localizar pessoas de Inteligência: Destacamento de Inteligência 124: 5819-6544 – Tenente Coronel MARTINEZ.

Seção de Inteligência 124/FORMOSA; 437 Major GOMAR.

Seção de Inteligência 124/MISIONES; 8088 – Major QUIROZ.

- Solicitar possibilidade de obter radio BLU de forma permanente entre o Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Polícia das FFAA PARAGUAYAS (Documento 0246F 0425, apud SILVA, 2025, p. 153, grifos do original, tradução da autora).

Ainda, de acordo com a publicação acima citada, a organização de tal aparato se deu no interior da IIª. Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina em 1978. A proposta seria manter a troca de informações no âmbito dos exércitos para evitar as eventuais atuações *subversivas*. O aparato teria sido forjado depois do desbaratamento de *colunas militantes* numa região denominada pelo documento como *Nordeste Argentino*. Mais precisamente, cobriria as províncias de Misiones, Formosa, Corrientes e Chaco, todas limítrofes com Brasil e/ou Paraguai.

Outro esclarecimento necessário se faz em relação ao sistema de comunicação denominado *Rádio BLU*, também utilizado em Itaipu. Na ocasião em que realizei pesquisa de doutorado, ainda não possuía informações acerca do que tal sistema de comunicações significava. Posteriormente, em continuidade à pesquisa, chegou-se ao conhecimento de que a nomenclatura *Rádio BLU* é a tradução de SSB para o espanhol, tratando-se, portanto, do mesmo sistema. As pesquisas indicam se tratar de uma solução técnica, para problemas que ocorrem com modulação de amplitude:

Um dos problemas inerentes à modulação em amplitude (AM) advém do facto [*sic*] da portadora consumir metade da potência de emissão. A outra metade é subdividida pelas duas bandas laterais. Como facilmente se depreende, este sistema tem o inconveniente de ser pouco eficiente numa óptica energética. Afinal, metade da energia é gasta numa portadora que não oferece nada de útil para o ouvinte e existem duas bandas semelhantes entre si, que poderiam muito bem ser convertidas numa única, como se em vez de termos dois objectos [*sic*], comprássemos apenas um e arranjassemos um espelho para o reflectir [*sic*], dando a ilusão de serem dois. Esta situação tem uma solução: chama-se SSB (Single side Band) ou, em português, BLU (Banda Lateral Única). Assim, a BLU permite transmitir apenas uma das bandas laterais, evitando o desperdício da portadora” (MUNDO DA RÁDIO, [c202-]).

Tais dados trazem evidências bastante contundentes sobre o sistema de segurança. Não se tratava de um sistema de controle interno de Itaipu, com o objetivo de evitar fraudes, sabotagens ou mesmo de violações de

dados sensíveis. O que transparece nos documentos é a lógica de perseguição ao *inimigo*, geralmente *interno*.

Patrice McSherry manifesta sua opinião e traz informações relevantes a esse respeito, em uma coluna do periódico *La Razon*:

Aspectos fortes sobre Condortel também foram revelados. Em 2020, o *Washington Post* publicou a história da *Crypto AG*, uma empresa suíça supostamente privada que produziu e vendeu máquinas de criptomoedas para muitos governos, por décadas. O jornal revelou que a *Crypto AG* colaborou secretamente com a inteligência dos EUA por cerca de 50 anos e foi adquirida diretamente pela CIA e pela Inteligência da Alemanha Ocidental (BND) em 1970. Ou seja, a CIA e o BND poderiam facilmente descriptografar todos os relatórios e mensagens por meio de um código-chave programado na máquina. Isso significa que a CIA estava ciente de todas as comunicações militares e diplomáticas de muitos países. E tem mais. Vários documentos desclassificados dos EUA confirmaram que os países da Operação Condor usaram essas máquinas para suas comunicações secretas da Condortel.

Um relatório da CIA de 1977 disse, por exemplo, que todos os membros da Operação Condor usaram essas máquinas criptográficas, fornecidas pelo Brasil, para sua rede secreta de comunicações. Um relatório da Agência de Inteligência de Defesa (DIA) de 1978 informou que a Argentina doou um novo modelo para o sistema Condor este ano. De acordo com um relatório secreto da DIA, “No final de 1977, a Argentina forneceu equipamentos Hagelin *Crypto H-4605* à Condortel para melhorar a segurança de suas redes de teletipo”. Um relatório secreto da Diretoria de Operações da CIA de 1977, “Sistema de Comunicações Empregado pela Organização Condor”, observou que “todos os países pertencentes à Organização Condor mantêm comunicações” (um parágrafo redigido) e que “o sistema de cifra empregado pela Condor é um sistema de máquina manual de origem suíça dado a todos os países da Condor pelos brasileiros e com a designação CX52” (MCSHERRY, 2022, grifos da autora, tradução nossa).

A revelação feita por McSherry (2022) é bastante comprometedora sobre o papel do Brasil na região e nos leva a considerar como Itaipu atuou no interior dos sistemas de operações encobertas. Conhecer mais sobre o

sistema de comunicações utilizados por Itaipu, envolvendo rádio e criptografia, ajuda a compreender a função cumprida pela hidrelétrica e que suas Assessorias desempenharam e de como conseguiram realizar o levantamento de dados sobre tantos trabalhadores no interior do canteiro de obras.

Documentos como Pedidos de Busca eram bastante fartos e resta-nos saber se as bases criptográficas eram também utilizadas para tal função, ou se Itaipu se envolveu especialmente nas operações encobertas no Cone Sul. Talvez as duas possibilidades estejam colocadas e pesquisas futuras possam apontar mais dados a respeito.

Sobre as informações apresentadas por McSherry (2022), a base de dados do Arquivo Nacional fornece algumas informações complementares. Um documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 1967 com 510 páginas intitulado “*Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio*” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1967), tem a descrição e especificação do equipamento 163 vezes para concorrências públicas de compra de tal aparelho, informando as diversas aquisições por órgãos governamentais, como o Ministério da Guerra, por exemplo.

Já o livro “*Comand Control and Communications (C³)*” cuja autoria são A. M. Willcox, M. G. Slade e P. A. Ramsdale, produzido pela Library of Congress Cataloging in Publication, em 1983, encontrado na base de dados do Estado Maior das Forças Armadas, trouxe informações sobre os dados técnicos do aparelho e, especialmente, sua empregabilidade:

No AM normal, verifica-se que pelo menos dois terços da potência estão na frequência portadora, não contém nenhuma informação e não é afetada pelo sinal de modulação. Portanto, a portadora às vezes é suprimida para que a potência do transmissor seja usada de forma mais eficaz. Infelizmente, esta transmissão de portadora suprimida de banda dupla requer um demodulador muito mais complicado e caro no receptor. Além disso, ambas as bandas laterais do AM contêm as mesmas informações e, portanto, só é necessário transmitir uma delas. Essa variante é chamada de Single-Side Band (SSB) e reduz pela metade a largura de banda necessária, mas novamente leva a um receptor mais complexo. Na maioria das aplicações militares, economizar largura de banda é mais importante do que essa complexidade adicional e o SSB é

a solução preferida para o rádio de rede HF atual (WILLCOX; SLADE; RAMSDALE, 1986, p. 105, tradução nossa).

O prefácio da brochura causa espécie ao explicar os motivos da publicação: a guerra moderna. Sobre a *Guerra Moderna* entendemos se tratar de um debate relacionado aos mecanismos desenvolvidos pela França, durante os combates na Argélia, que será abordado mais à frente.

Diz o texto do prefácio:

Esta série de livros foi escrita para aqueles que desejam melhorar seus conhecimentos sobre armas e equipamentos militares. É igualmente relevante para soldados profissionais, aqueles envolvidos no desenvolvimento ou produção de armas militares ou mesmo qualquer pessoa interessada na arte da **guerra moderna**.

[...]

Este livro apresenta os fundamentos e a teoria por trás dos sistemas militares de comando, controle e comunicações (C³) e destina-se àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos profissionais. A tecnologia de comunicação atual e futura é examinada para permitir que o leitor aprecie seu suporte vital de comando e controle. Os problemas de comunicação em uma era cada vez mais afetada pela guerra eletrônica são descritos. Devido ao papel vital desempenhado pelas comunicações no campo de batalha, um bom entendimento é essencial para aqueles que devem usar sistemas C³. (WILLCOX; SLADE; RAMSDALE, 1986, p. 82, grifos nossos, tradução nossa).

Retornando à base de dados do Estado Maior das Forças Armadas, outro documento secreto e urgente, de 8 de setembro de 1983, endereçado ao ministro, teve como assunto a exportação de material de emprego militar para a Colômbia e informa que:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia de correspondência pela qual a “SITELTRA S.A. - Sistemas de Telecomunicações e TRáfego” solicita autorização para fornecer ao Governo da Colômbia 1.000 conjuntos de rádio “Manpack” ERC-110, 100 sistemas de cabos de retransmissão

OP-22 (MK-456/GRC) e 12 conjuntos HF (SSB) ERC-621, no valor global de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares), a ser financiado pelo Brasil (EXPORTAÇÃO ..., 1983, p. 195).

Retornando ao que afirmou McSherry (2022), eram empresas brasileiras, com anuência do Estado, que realizavam a entrega desses equipamentos para o Cone Sul. Mas o que importa é saber qual o interesse que o Brasil, enquanto Estado, tinha em tais exportações? Para quais fins eram realizadas?

No mesmo dossiê do Arquivo Nacional, na página 261, encontra-se o documento intitulado “*Memória nº 253-2a.SC/83*”, com data de 21 de novembro de 1983, tendo como assunto “*Exportação de material de emprego militar para a COLÔMBIA*”. Como origem de tal documento é mencionado outro, registrado como “*GTM Nº 060, SECRETO, de 09 Nov 83, do MRE*”. No conteúdo daquele, consta que o material a ser comercializado sofreu alterações por solicitação da empresa responsável pelo negócio

O MRE consulta esta Secretaria— Geral a respeito do interesse da empresa “SITELTRA S.A.” em alterar o material a ser enviado ao governo da COLÔMBIA e já autorizado a exportação, desta forma o material de emprego militar a ser exportado passa a ser o seguinte:

— 01 (um) Conjunto “Manpack” ERC-110, composto de rádio VHF/FM (BY-20A), antena curta (AX-20), antena longa (AX-21), base de antena (EA-20), conjunto telefônico (CJ-22), mochila de lona (BL-20), bolsa de acessórios (BL-21) e bateria de magnésio (BA-4386);

— 01 (um) Conjunto “Manpack” ERC-120, composto de rádio HF/SSB (BY-39), antena longa (AX-21), base de antena (EA-20), conjunto telefônico (CJ-22), mochila de lona (BL-20), bolsa de lona (BL-21) e bateria de níquel- cádmio (RSH-7); e

— 01 (um) Conjunto VHF/FM portátil ERC-102, composto de rádio VHF/FM, bateria, bolsa e antena.

- a] O assunto é de interesse do M.Ex. e da CACEX.
- b] Trata-se de informar aos órgãos interessados que a SITELTR7, foi autorizada a fazer a alteração em tela (MEMÓRIA..., 1983, p. 261).

Não é o propósito, aqui, discutir o processo de exportação de materiais de uso militar do Brasil para o exterior, nem tampouco os vários documentos que tratam das autorizações em si, mas confrontar as informações obtidas com o que foi exposto na documentação da própria Itaipu: agentes formados para tal função, salas de controle equipadas para as Assessorias, sistema de transmissão de dados e aquisição de equipamentos de uso militar. No entanto, além desses elementos, foi encontrado tal sistema de exportação conforme o que já havia sido enunciado por minhas pesquisas anteriores e pela opinião de McSherry (2022).

O que nos leva a inferir sobre a importância, potência e atuação das estruturas repressivas em Itaipu é o fato de o seu projeto ter alcançado tamanha pujança em decorrência dos seguintes fatos: a superinstrumentalização das assessorias e da sua transformação para AESI além de, consequentemente, estarem vinculadas ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação; de Itaipu estar numa fronteira nevrálgica, envolvendo relações econômicas com o Paraguai, mas também conflitos pela utilização da bacia do Prata com Argentina, Bolívia e Uruguai, pelo menos, como se comprova nos documentos referentes ao Tratado de Itaipu e Ata de Iguaçu; de ser uma região de trânsito de vários perseguidos políticos no Cone Sul; e, por fim, ter chegado à cifra de, ao menos, 100 mil trabalhadores, com larga atuação nos pedidos de busca.

As doutrinas que perpassam a segurança nacional e o envolvimento de ITAIPU

Mais do que um relato sobre a produção de materiais que embasam as pesquisas desenvolvidas, a proposta aqui é compreender, em âmbito mais geral, o que se tornou o sistema de comunicação mais organizado no interior de Itaipu e como isto se desvela no debate acerca da busca ao *inimigo interno*, discutindo o papel assumido pela empresa no controle de seus trabalhadores.

A fotografia reproduzida anteriormente, na Figura 2, nos dá a dimensão do papel policialesco desempenhado por Itaipu no controle de seus

trabalhadores. Os intermináveis Pedidos de Busca auxiliam na compreensão de que a classe trabalhadora foi o alvo dileto deste processo inacabável de controle da força de trabalho e como ela deveria se portar diante de um Estado que foi militarizado e expandiu a atuação para o interior de empresas.

Trata-se de uma sofisticação ímpar, que emoldurou o processo ditatorial e que está longe de ser revelado em sua totalidade. As Assessorias de Segurança possuem uma larga documentação sobre seus trabalhadores, o que denota uma extensão dos serviços de informações ainda maior do que se tem alcance. Em 2008, Vivien Ishaq e Pablo Franco indicaram, em um artigo publicado, a extensão dos órgãos de informações que tinham documentos no Arquivo Nacional. Dizem os autores que

Em 1970, expressando o aumento da importância estratégica do papel informativo do SNI para subsidiar as ações executadas pelos serviços secretos das Forças Armadas e forças policiais estaduais, as DSI foram novamente reformuladas. As DSI ficaram sob a superintendência e a coordenação do SNI, perdendo, portanto, o vínculo com o Conselho de Segurança Nacional. Ainda no âmbito dos ministérios, a responsabilidade pela Segurança Nacional passou a ser uma atribuição de todos os Ministros de Estado. A subordinação ao SNI, fato reforçado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, determinou a criação três categorias de DSI, cuja diferença era dada pelo número de funcionários que tinham relação direta com “a maior ou menor complexidade do ministério ou suas singularidades nos campos da Segurança Nacional ou das Informações.” Ainda foram criadas, nos órgãos vinculados e empresas públicas da Administração Pública Federal, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que eram instaladas nos órgãos vinculados aos ministérios (autarquias e empresas públicas) e eram subordinadas às DSI de seus respectivos ministérios. Deste modo, o trabalho de pesquisa identificou, no conjunto de documentos recebidos e produzidos pelo SNI, aqueles que foram gerados pelas DSI, ASI e AESI. Como resultado, foram localizados 22.164 dossiês, nos quais alguma Divisão de Segurança e Informação ou é produtora do documento ou é citada em pelo menos um dossiê. Do mesmo modo, foram localizados 6.987 dossiês sobre Assessorias de Segurança e Informações, expressando a intensa comunicação e difusão de informações entre os órgãos integrantes do SISNI. Deste universo,

foram realizados novos recortes, conseguindo-se identificar 249 DSI ou ASI específicas. (ISHAQ; FRANCO, 2011, p. 35).

A nota 15, que acompanha o excerto anterior é a lista de órgãos consolidados já naquele período na base de dados, ocupa três páginas listando os órgãos de informações e repressão que possuem documentos. Isso nos dá a certeza de quanto são insuficientes os levantamentos de dados sobre a estrutura repressiva em sua integralidade.

Na publicação do Informe Público pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023) pode ser observado que outros órgãos similares às assessorias se instalaram no interior de várias empresas, além de Itaipu. Há informações no caso da Companhia Docas de Santos:

[...] a partir do golpe de 1964, à luz das diretrizes emanadas da Lei de Segurança Nacional essa polícia pôde solicitar auxílio da Polícia Civil, da Polícia Marítima e Aérea, ou da Capitania dos Portos (II); entregar a eles pessoas suspeitas de contravenções, pedir à Guardamoria da Alfândega de Santos, a competente abertura de inquérito para formação de culpa; impedir a entrada e permanência nas dependências da Companhia de pessoas suspeitas e as prender enquanto aguardam a chegada da Polícia Civil para proceder a revista, entre várias outras do mesmo teor que se encontram detalhados no relatório. Trabalhadores entrevistados relatam a existência de um continente de agentes que atuava junto à DVI que não eram fardados e que se mantinham em sigilo. Tais pessoas, relatam eles, eram as que iam em suas casas perguntar sobre sua vida pessoal, seus antecedentes, comportamentos, família, etc. Um deles disse que eram apelidados de “70”, mas divergem sobre o sentido desse “apelido”. Eram, conforme esclarecem, os escondidos, aqueles que pareciam fantasmas, que os vigiavam pelas costas onde estivessem, fosse no bar da esquina, perto do sindicato, fosse em outros espaços (VIEIRA *et. all.*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 124–125).

Também constam informações da Fiat do Brasil:

Os materiais que demonstram as facilidades econômicas e fiscais conferidas pelo Estado brasileiro à implementação da Fiat no país, a participação de militares no corpo de empregados da segurança da empresa e a constituição de um sistema complexo de vigilância e informação de práticas políticas dos empregados da empresa dão sustentação inicial a tais intentos, que foram incrementados ante a novos materiais levantados pela pesquisa nos três semestres do projeto. Alguns elementos quanto ao escopo da pesquisa - como, por exemplo, a abrangência de outras empresas do grupo Fiat, considerando que a empresa tinha a si diversas outras coligadas - foram alterados no curso da investigação, com vistas a lhe conferir maior espectro de abrangência (MACHADO *et all*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 144).

E, ainda, da própria Itaipu Binacional:

Além das questões relativas à segurança no trabalho, documentos referentes aos trabalhadores demonstram a vigilância em relação à sua vida pregressa. Um tipo de documento produzido era o “Pedido de Busca”, que em seu conjunto reunia um grande montante de nomes e fichas de trabalhadores que eram contratados, e suas vidas eram investigadas sobre onde nasceram e locais de trabalho anteriores. Eram produzidos pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e distribuídos aos órgãos de onde os trabalhadores tivessem suas origens (SILVA *et all*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 208–209).

Na Petrobrás, encontramos a informação da existência da Divisão de Vigilância e Informação (Divin), com atuações similares às Assessorias:

O vínculo e articulação da empresa com as Forças Armadas é também bastante visível e fartamente documentado. Para além da presença de militares no comando da empresa, em, pelo menos, 6 (seis) contextos este vínculo e articulação são evidentes: (1) na ocupação, na sequência do golpe, de cargos de interventores em suas unidades; (2) na coordenação, por parte de integrantes das FFAA, das primeiras ações e repressão desencadeadas no interior da empresa no período subsequente ao golpe de 1964, a exemplo da condução da CGI-Petrobras e dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs),

realizados entre abril e outubro de 1964, que resultaram no “levantamento de cerca de 3.000 suspeitos”³, na abertura de pelo menos “1.500 processos de investigação”³, e no indiciamento de 712 trabalhadores; (3) em iniciativas, em 1969, relacionadas ao enquadramento de funcionários da empresa na Lei de Segurança Nacional e no previsto pelo Ato Institucional nº 5, processo também encaminhado internamente e avalizado pela diretoria da estatal; (4) na ocupação de funções de chefias intermediárias, a exemplo daquelas relacionadas à estrutura da Divisão de Vigilância e Informação (DIVIN) da empresa, assim como na sua Assessoria de Segurança e Informações (ASI-Petrobras); (5) na inserção de agentes no corpo de funcionários tanto em atividades operacionais como administrativas à serviço do sistema de informações e vigilância; (6) na participação da Petrobras em Comunidades de Informações compostas por representações empresariais e por agentes de órgãos de repressão e vinculados às Forças Armadas (PRAUN *et all*, apud TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 300).

Mas a realidade exposta no Informe Público (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023) demonstra que o sistema de informações perpassou várias outras empresas, todas elas investigadas, demonstrando um *modus operandi* substancial e que está longe de ser conhecido em sua completude. Todas as empresas tiveram setores de segurança, geralmente comandados por militares. Pela extensão das denúncias contidas no Informe Público (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023), temos a percepção de como a atuação ultrapassou os números que foram indicados nos relatórios de Comissões da Verdade e, novos olhares sobre o problema vem demonstrando que há a necessidade de aprofundamento da discussão.

O contexto impresso destaca o que diversas pesquisas indicavam: uma organização internacional que teve como mote a preparação para o aprofundamento da retirada de direitos. Se mirarmos sobre o objeto, é possível avançar na discussão do que este novo modelo significou em larga escala:

Vale a pena lembrar um evento que iria antecipar algumas das bandeiras importantes do renascer neoliberal. Em 1975, os documentos da chamada Comissão Trilateral alertavam para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levava à ingovernabilidade das democracias. (...)

Desse modo, a quarentena dos neoliberais começou a romper-se decididamente na metade dos anos 70. Logo em seguida, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha. A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martínez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Pérez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 16–17).

O avanço neoliberal, sem dúvidas, já era percebido em Itaipu, como em empresas como a Fiat e a Companhia Siderúrgica Nacional. As empreiteiras do Consórcio Unicon (União de Construtoras) de Itaipu, além de realizarem a ficha de seus trabalhadores, também o faziam para as empreiteiras sublocadas, em um processo de quarteirização da contratação de empresas e de força de trabalho. As fichas de identificação do trabalhador eram remetidas à Itaipu que repassava às Assessorias de Segurança que, por sua vez, as despachavam aos estados de origem ou de trabalho dos contratados.

A forma de controle desenfreada, vislumbrada na documentação, se deve especialmente a um imperativo do capital de garantia de investimentos internacionais. Slatman (2010) explica este processo:

O desenvolvimento do inimigo como força subversiva ou revolucionária é um processo que passa, para os militares, por várias etapas. O esquema é simples e linear: primeiro há um desdobramento das forças revolucionárias e a população se infiltra, depois é feita uma tentativa de dissociar a população do poder legal. Na próxima etapa, passamos para o controle da população no nível físico e psicológico. Em seguida, criam-se “zonas libertadas” e o último momento

é o da construção de um duplo poder, o da ofensiva geral: civil e militar (SLATMAN, 2010, p. 450, tradução livre).

A ideia do combate ao *inimigo*, ou ao *subversivo*, se expandiu em larga escala. A dualidade do poder é percebida amplamente em Itaipu que, além de percorrer o controle dos trabalhadores, das vilas operárias, das populações estrangeiras, inseriu o Brasil, de fato, na estrutura repressiva paraguaia, já que a ASI e depois AESI da binacional existia dos dois lados da fronteira e tinham a função de trocas de informações internamente. A diretoria civil se submeteu aos ditames dos militares, e ambos foram vinculados ao poder das empresas que atuaram na construção e instalação dos geradores de energia.

Um dado importante que o manual de Willcox; Slade; Ramsdale (1986), já referenciado anteriormente, nos remete e que vale lembrar, é a Guerra Moderna como eixo norteador dos combates. Desenvolvida pela França durante os combates na Indochina e amplamente testadas na Argélia, os manuais de Guerra Moderna, que são os combates ao *inimigo interno*, foram elaborados por Roger Trinquier (1963), traduzidos no Cone Sul nos anos posteriores e serviram de mote de formação para uma geração extensa de militares em todo o subcontinente.

Autores como Chirio (2012) e Robin (2014) demonstram a entrada dessas doutrinas na região e a capacidade que tiveram de organizar as atividades já previstas na DSN. Em seus trabalhos, Mecchi (2015) menciona a *Operação Papagaio*, também chamada de *Manobra 72*, que foi a primeira operação de teor claramente psicológico adotada no combate ao *inimigo interno*, ancorada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Dentre as aplicabilidades, a autora descreve ser necessário testar a Doutrina de Guerra Revolucionária.

1– Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:

- alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
- capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas;

2 – Testar:**• a doutrina da Guerra Revolucionária;**

- o grau de instrução da tropa [...] (MECHI, 2015, p. 314–315, grifos nossos).

A Doutrina de Guerra Revolucionária ou Guerra Moderna foi um conjunto de procedimentos pensado por Trinquier e implementado pelo General Massu, na Argélia, nos anos de 1950. Os procedimentos tinham como pressuposto a atuação contrarrevolucionária. As táticas de infiltração nas comunidades, previstas nos manuais, se assemelham às técnicas de infiltração no interior das empresas, corroborando a ideia de que todos esses processos desencadeados formam um conjunto orquestrado e que vale a pena ser analisado a partir de tais pressupostos.

Ao que percebemos, foram feitas adaptações para cada caso nacional, mas o conjunto de denúncias que aparecem em relação às empresas ganham cada vez mais causas movidas pela justiça no Brasil e em países do Cone Sul. Na Argentina, por exemplo, teve a Causa Ford como um dos motes de investigação sobre empresas. É importante considerar que esse tipo de atuação empresarial que varreu o continente teve algum nível de centralização. No caso da Itaipu, já está evidente sua relação no Sisni. Cabe realizar, ainda, verificações sobre as demais empresas e a interrelação dos países entre elas.

Ainda sobre o Cone Sul, Verbitsky e Bohoslavsky (2013) esclarecem que:

Empresários que são processados criminalmente por contribuir para o desaparecimento de seus trabalhadores, vítimas que processam os bancos que financiaram a ditadura, reivindicações econômicas na jurisdição trabalhista por detenções no local de trabalho que se tornam desaparecimentos e são declaradas imprescritíveis, sentenças que instruem a investigar a conformidade editorial dos jornais, pedidos efetivos de acusação contra empresários de mídia por terem implementado campanhas para manipular o informações em conluio com os planos repressivos, processos por extorsão de empresários e usurpação de bens, a investigação do Estado sobre o caso “Papel Prensa”, a criação de uma unidade especial de investigação de crimes contra a humanidade com motivação econômica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e de um escritório de coordenação de políticas de direitos humanos, memória, verdade e justiça dentro da Comissão Nacional de Valores Mobiliários são alguns exemplos dessa nova tendência (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY, 2013, p. 12–13, tradução nossa).

Assim, o fato de haver esse tipo de investigação devido aos novos problemas colocados em relação à questão, demonstra a necessidade de aprofundamento nas várias vertentes, com relação direta ou indireta do Estado: a situação dos trabalhadores (formação de listas sujas, adoecimento, acidentes de trabalho, trabalho em condições análogas à escravidão, dentre outras); a remoção de pessoas (camponeses, quilombolas e povos originários); e assassinatos no campo, cidades e florestas.

As pesquisas relacionadas às empresas e à ditadura se tornam essenciais, na medida que abrem a possibilidade de averiguarmos novas formas de repressão, ainda pouco estudadas. É fato que o *modus operandi* em relação aos trabalhadores se distinguiu do aplicado ao combate à esquerda, estando ou não armada. Mas há mecanismos de proximidade que necessitam ser desvelados.

Conclusão

É importante destacar a necessidade do conhecimento e aprofundamento das discussões sobre os sistemas de comunicação no interior dos

processos repressivos, de forma a adentrarmos na documentação e nas formas organizadas de repressão desencadeadas.

Este artigo centrou-se no debate de como empresas se organizaram para atuar desencadeando a repressão, especialmente contra trabalhadores, mas também é perceptível, em Itaipu e outras que estão sendo investigadas em ações do Ministério Público Federal, a atuação contra camponeses, povos originários e quilombolas.

Há uma conexão de atuações repressivas que precisam ser investigadas, a fim de constituirmos novas perspectivas e olhares para cotejar a realidade vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Longe de resolver todas as questões, o mote de novas pesquisas tem sido o de descortinarem as diversas formas de repressão, e se encaminham para compreender como todo o aparato de controle no interior das empresas funcionou.

O caso de Itaipu é significativo, porque descortina a atuação de uma empresa no Sistema Nacional de Informações, chegando a estar lado a lado com demais órgãos do sistema repressivo. Mas mais que isso: informações trazidas para essa discussão demonstram a entrada do Estado brasileiro na atuação repressiva paraguaia, comprovando a necessidade de aprofundarmos as discussões de atuações empresariais no Cone Sul sob ditaduras.

Outro aspecto importante é a dimensão de que Itaipu atuou com um modelo bastante sofisticado de equipamentos e pessoal, levando-nos a questionamentos de seus envolvimento com as diversas operações encobertas no Cone Sul.

Similaridades de processos repressivos, em diversos países da região, demonstram que a atuação persecutória não se encerrou na ação contra militantes e organizações de esquerda. Talvez, esses militantes e essas organizações tenham sido uma experiência, dentre tantas outras, que os dados começam a apontar. Há certamente diferenças no *modus operandi* das atuações contra militantes e trabalhadores, mas certamente há aproximações e indicações diretas da necessidade de compreendermos de conjunto como o Estado atuou na relação com empresários. E como empresários contribuíram e se beneficiaram da Ditadura empresarial-militar.

Passados 60 anos, novas discussões se colocam para historiadores e público em geral, e a compreensão de relações entre passado e presente são apontadas diariamente. Faz-se cada vez mais necessária esta discussão: os trabalhadores, os atingidos diretamente pelas políticas desencadeadas pelo Estado, estão envelhecendo ou já morreram. Há a necessidade de recuperação de memórias, cotejadas com documentos para compreendermos o conjunto das condições impostas no interior dos locais de trabalho.

Referências

- CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Secretaria Geral. Anexo B do Tratado de Itaipu. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1. Acesso em: 22 out. 2024.
- EXPORTAÇÃO de material de emprego militar. Colômbia. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2*. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 194–198. (BR DFANBSB 2M.O.O.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_abas=1. Acesso em: 24 out. 2024.
- GROMOW, A. *Novo causo*. 2021. Disponível em: <https://autoentusiastas.com.br/2021/04/novo-causo-tempo-em-que-tudo-dava-errado/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29–42, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293/293>. Acesso em: 25 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. Ata da primeira reunião ordinária da diretoria executiva da Itaipu, realizada no dia 4 de junho de 1974, na cidade de Assunção - Paraguai. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974a. p. 69–77. (Dossiê – BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1. Acesso em: 23 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil (AS/IB/BR). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974b. p. 153–165. (Dossiê – BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1. Acesso em: 23 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO de Atividades: situação em 16.12.76. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1976. p. 5–52. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.233 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1089022&v_abas=1. Acesso em: 24 out. 2024.

MACHADO, G. S. S. (*et all*). “Fiat”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

MCSHERRY, J. Patrice. Operación Cóndor y Teseo: Detalles secretos desclasificados. *La Razón*, Santiago, 13 nov. 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.larazon.cl/2022/11/13/columna-de-j-patrice-mcsherry-operacion-condor-y-teseo-detalles-secretos-desclasificados/>. Acesso em: 25 out. 2024.

MECHI, P. S. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. 2015. Tese (Doutorado em História Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEMÓRIA nº 253-2a.SC/83. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados*

Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 261. (BR DFANBSB 2M.o.o.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Arquivo Nacional no Distrito Federal encaminha CD sobre “Arquivos do Brasil sobre a Repressão Política na Ditadura Militar”*. Rio de Janeiro: SIAN, 2012. (BR RJANRIO CNV.o.RCE.00092000316201261 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319596&v_aba=1. Acesso em: 22 out. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Polícia Federal - Aquisição de sistema de rádio-telegrafia (1)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1967. (BR RJANRIO TT.o.JUS, AVU.124 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1109804&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Divisão de Segurança e Informações. Informação nº 33/399/75. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. p. 193–204. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.521 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1119971&v_aba=1. Acesso em: 22 out. 2024.

MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001.

MUNDO DA RÁDIO. *O que é a SSB*. [202-]. Disponível em: https://www.mundodaradio.info/artigos/o_que_e_a_ssb.html. Acesso em: 24 out. 2024.

PRAUN, L. (et all). “Petrobras”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

- ROBIN, M. M. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.
- SILVA, C.L.S. (et all). “Itaipu”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.
- SILVA, J. da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: O outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Sangue espalhado no chão do Cone Sul: conexões repressivas, contrarrevolução e terrorismo de Estado*. Córdoba-Argentina, Lago Editora, 2025.
- SLATMAN, M. Una doctrina militar contrarrevolucionaria para la Nación Argentina. Análisis de la discursividad oficial del Ejército Argentino durante la Guerra Fría (1957-1976). In: GARCIA FERREIRA, R. (Org.). *Guatemala y la guerra fría en América Latina*. Guatemala: CEUR, USAC, 2010. p. 431–459. Disponível em: https://www.academia.edu/8359690/Roberto_Garc%C3%ADa_Coordinador_Guatemala_y_la_guerra_fr%C3%ADa_en_Am%C3%A9rica_Latina_Guatemala_CEUR_USAC_2010_?auto=download. Acesso em: 25 out. 2024.
- TELES, E.; OSMO, C.; CALAZANS, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.
- THOMPSON, G. R.; HARRIS, D. R. *The Signal Corps: the outcome (Mid 1943- Through 1945)*. Washington: Office the Chief of Military History United States Army, 1966.
- VERBITSKY, H.; BOHOSLAVSKY, J. P. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- VIEIRA, V. L. (et all). “Docas: parceria empresa / Estado na repressão aos trabalhadores”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: <https://>

www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

WILLCOX, A. M.; SLADE, M. G.; RAMSDALE, P. A. Command control and Communications (C3). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Latham C3I*. Oxford: Brassey's Publishers, 1986. p. 80–236. (BR DFANBSB 2M.o.o.4I, v.1). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015166&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.